

A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NA LOCALIDADE DA GLÓRIA – CANGUÇU/RS

THE MULTIFUNCTIONALITY OF FAMILY AGRICULTURE: ON ESTUDY IN THE LOCALITY OF GLÓRIA – CANGUÇU/RS

Queli Rejane da Silva Konzgen

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande
kellykonzgen@yahoo.com.br

Giancarla Salamoni

Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas
gi.salamoni@yahoo.com.br

Resumo

A multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil passou a ser discutida academicamente desde os anos de 1990, entretanto, as múltiplas funções fazem parte da realidade histórica e social destes agricultores há muito mais tempo. O objetivo deste artigo é analisar a multifuncionalidade da agricultura familiar na localidade da Glória, 1º distrito do município de Canguçu/RS, a partir de parâmetros previamente definidos, identificando as possibilidades e as restrições das funções da multifuncionalidade nas propriedades pesquisadas. Para tanto, foram consideradas as seguintes funções: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. A multifuncionalidade da agricultura familiar na localidade da Glória se manifesta de inúmeras formas, e a pesquisa de campo apontou maior adesão às funções a e c, as quais representam possibilidades de ações voltadas ao desenvolvimento rural, e menor representatividade das funções b e d, significando restrições quanto à multifuncionalidade da agricultura.

Palavras-Chave: Multifuncionalidade. Agricultura Familiar. Sustentabilidade. Desenvolvimento Rural. Canguçu/RS.

Abstract

The multifunctionality of the family agriculture in Brasil began to be discussed academically since the 1990 years, meanwhile, the multiple functions have been part of the historical and social reality of these agricultores for much longer. The objective of this article is to analyze the multifunctionality of the family agriculture in the locality of Glória, first district of the municipally of Canguçu/RS, from previously defined parameters, identifying the possibilities and the restrictions of the multifunctionality functions in the researched properties. Therefore, the following functions were considered: a) socioeconomic reproduction of rural families; b) promotion of food security of the own rural families and the society; c) maintenance of the social and cultural fabric; d) preservation of natural resources and the rural landscape. The multifunctionality of family agriculture in the locality of Glória manifests itself in innumerable forms, and the

field research has pointed to greater adhesion to a and c functions, which represent possibilities for actions aimed to rural development, and less representativeness to b and d functions, meaning restrictions on the multifunctionality of agriculture.

Keywords: Multifunctionality. Family agriculture. Sustainability. Rural Development. Canguçu/RS.

Introdução

Desde os anos de 1990, tem sido possível perceber a valorização de novas funções associadas à agricultura familiar no Brasil. Por um lado, com a construção de políticas públicas, o que colaborou para o reconhecimento social e normativo da categoria, e, por outro lado, com o aumento dos problemas ambientais, o que contribuiu para uma valorização do mundo rural, modificando a perspectiva sobre o papel desse grupo social. Assim, o país adota, na referida década, o conceito de multifuncionalidade como um instrumento de política pública para apoio e promoção da agricultura familiar. Segundo Carneiro; Maluf (2003, p. 19):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagem) e pela qualidade dos alimentos.

Carneiro; Maluf (2003) definiram algumas funções da multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade brasileira. A **reprodução socioeconômica das famílias rurais** é a função que faz referência à geração de trabalho e renda que possibilita às famílias permanecerem no meio rural com condições dignas. A **promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade** abrange a produção para o autoconsumo e para a comercialização. A agricultura familiar promove a segurança alimentar, seja na disponibilidade e no acesso aos alimentos, seja em sua qualidade. A **manutenção do tecido social e cultural** refere-se à valorização das relações com a natureza, às relações com parentes e vizinhos (sociabilidade) e à reprodução das culturas locais. A agricultura é vista como um “modo de vida”, que vai além da dimensão econômica da atividade agrícola. A **preservação dos recursos naturais e da paisagem rural** diz respeito ao uso de recursos e a sua preservação. O debate sobre esta função necessita ser expandido, identificando os impactos positivos e negativos provocados pela agricultura na paisagem rural.

Essas funções foram consideradas para investigar a multifuncionalidade da agricultura familiar no recorte espacial pesquisado, ou seja, na localidade da Glória, 1º distrito do município de Canguçu/RS. O objetivo deste artigo é analisar a multifuncionalidade da agricultura familiar na localidade da Glória, 1º distrito do município de Canguçu/RS, a partir de parâmetros previamente definidos, identificando as possibilidades e as restrições das funções da multifuncionalidade nas propriedades pesquisadas.

Os caminhos teórico-metodológicos seguiram as seguintes etapas: 1) revisão bibliográfica sobre o tema da multifuncionalidade; 2) caracterização da área de estudo através de dados secundários; 3) elaboração de parâmetros para investigar cada uma das funções da multifuncionalidade; 4) aplicação de um roteiro semiestruturado na forma de entrevista, durante a primeira quinzena do mês de agosto de 2016, com agricultores familiares da localidade da Glória, atendidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - Canguçu e com vínculo na Chamada Pública da Sustentabilidade¹. A localidade da Glória apresentava 24 agricultores (EMATER – Canguçu, 2016) assistidos na mencionada chamada pública, dos quais, através de uma seleção aleatória, foram entrevistados doze. A escolha da localidade justifica-se pelo fácil acesso ao campo e pela expressividade do fenômeno da multifuncionalidade da agricultura familiar. A opção pelo universo do projeto da Chamada Pública da Sustentabilidade vem ao encontro do tema central da pesquisa.

Este artigo² está vinculado a um projeto de maior abrangência intitulado “Multifuncionalidade na Organização do Espaço pela Agricultura Familiar: abordagens comparativas sobre a paisagem rural nos estados de MG, RS e SP”, o qual tem como escala de análise estudos de caso realizados em diferentes contextos histórico-espaciais, nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, a fim de permitir uma análise comparativa sobre a multifuncionalidade e o campo da agricultura familiar.

Uma discussão teórica sobre o conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar

O conceito de multifuncionalidade aparece pela primeira vez no Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), na cidade do Rio de Janeiro. Durante a conferência, ao determinar a promoção do

desenvolvimento rural sustentável, os governos reconheceram a noção de multifuncionalidade da agricultura.

A mencionada noção tem suas origens na Europa, sendo a França um exemplo relevante de adoção do conceito de multifuncionalidade na construção dos chamados Contratos Territoriais de Estabelecimentos. Segundo Machado; Caume (2008, p. 9), esses contratos:

[...] entre agricultores e Estado acabam por representar um mecanismo de desenvolvimento voltado à manutenção das populações ainda no meio rural, não precisando, necessariamente, se ocuparem com atividades estritamente agrícolas. Isso já é fato na França, país tradicionalmente conhecido por sua importância na produção agrícola, ocupando altas posições no comércio europeu e mundial desses produtos, e que hoje se defronta com um novo cenário, o da diminuição da população rural ocupada com atividades agrícolas.

É possível perceber que a multifuncionalidade não constitui um fenômeno novo, mas se apresentam novas proposições teórico-metodológicas para investigar a realidade no campo da agricultura familiar, conforme apontam Sacco dos Anjos; Caldas (2009, p. 24):

A multifuncionalidade representa um novo discurso que busca legitimar-se na contemporaneidade, apoiado em novos conceitos do ponto de vista da regulação das atividades socioeconômicas que afetam aos espaços não-densamente urbanizados.

A multifuncionalidade é adotada nos estudos sobre o rural brasileiro na década de 1990, entretanto, as múltiplas funções fazem parte de uma realidade histórica e social há muito mais tempo. Candiotto (2009) ressalta que, no Brasil, algumas dessas funções sempre fizeram parte da organização da agricultura familiar, como por exemplo, a reprodução socioeconômica das famílias rurais, que é mantida até os dias atuais. Mesmo com o aumento do êxodo rural na década de 1970, com o crescimento do agronegócio e com a concentração fundiária no Brasil, a segurança alimentar das famílias (autoconsumo) e da sociedade é garantida no país. A novidade existente é o fato de que a reprodução socioeconômica das famílias rurais não depende apenas das atividades agropecuárias, mas de atividades não agrícolas (pluriatividade) exercidas por membros das famílias rurais, dentro ou fora da unidade de produção, e a segurança alimentar dá destaque à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos.

Percebe-se, na noção de multifuncionalidade, a perspectiva de um novo paradigma para o desenvolvimento rural, ancorado na relação entre sustentabilidade e multifuncionalidade. Sachs (1993 *apud* GERARDI; SALAMONI, 2001) sugere um

conceito de sustentabilidade para o desenvolvimento, para que este seja capaz de melhorar as condições de vida das comunidades e, ao mesmo tempo, respeitar os limites da capacidade dos ecossistemas.

No Brasil, os conceitos de sustentabilidade e multifuncionalidade são adotados no final dos anos de 1980 e início de 1990, respectivamente. Os governos passaram a incluir a sustentabilidade e a multifuncionalidade nos programas de desenvolvimento rural voltados para a agricultura familiar, já que perceberam os efeitos negativos gerados pela modernização da agricultura, como o uso intensivo de insumos químicos e tecnológicos, que provoca graves impactos ambientais e sociais.

Compreende-se que há uma relação entre multifuncionalidade e sustentabilidade, a partir do reconhecimento de que o agricultor familiar associa a produção agrícola com a conservação dos recursos naturais, pois o meio ambiente não é só a base de produção, mas um espaço relacionado à vida do agricultor e à reprodução social da família. Os dois conceitos englobam a questão ambiental, a produção agroecológica, a qualidade dos alimentos, as técnicas agrícolas tradicionais, o modo de vida das famílias, a reprodução socioeconômica das famílias, entre outros.

Schmidt (2003) afirma que uma das principais atribuições da multifuncionalidade é contribuir para o desenvolvimento do espaço rural. Lauren (2000 *apud* SCHMIDT, 2003) indica que são diversas as atividades agrícolas que contribuem para o desenvolvimento de uma região rural. Alguns estabelecimentos agrícolas cumprem o papel de empreendimento, com a criação de empregos e a produção de bens e serviços para o mercado. Outros estabelecimentos são principalmente lugar de moradia, mas contribuem pela possibilidade de autoconsumo.

Os estudos acerca do desenvolvimento rural no Brasil estão direcionados para a agricultura familiar e guardam uma relação com o conceito de multifuncionalidade. Wanderley (2003, p. 14) afirma que a multifuncionalidade da agricultura familiar “poderá ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade, e reforçar uma perspectiva inovadora do desenvolvimento rural”.

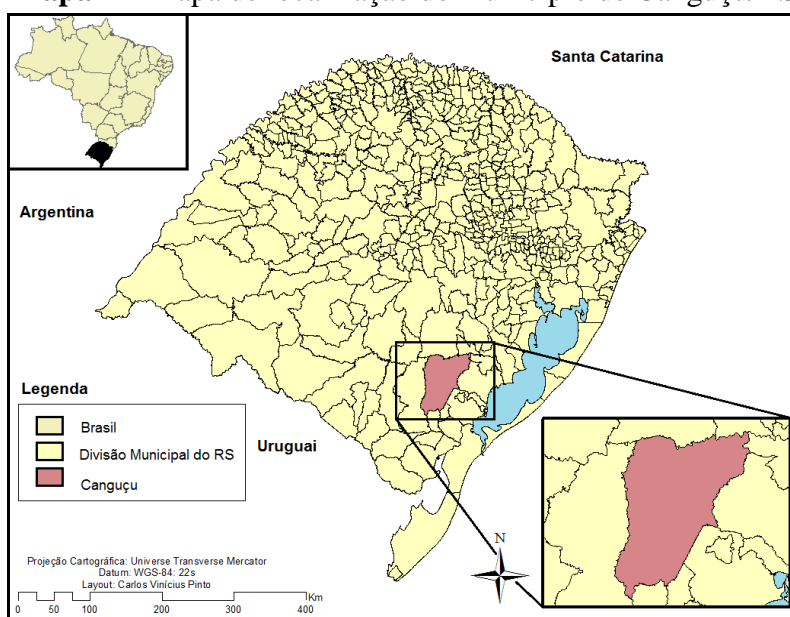
Wanderley (2003) destaca que o debate sobre a multifuncionalidade ganha força num momento em que os agricultores familiares conquistam, mesmo que de forma insuficiente e parcial, o reconhecimento de sua condição como sujeito social e político

no contexto do rural brasileiro, combinando produção para o mercado e para o autoconsumo. Portanto, não se trata “da substituição da produção de riquezas materiais pela de riquezas imateriais, mas da afirmação da simultaneidade desta dupla dimensão, inerente ao ato de produzir e de viver em sociedade dos agricultores familiares” (WANDERLEY, 2003, p. 15).

Caracterização da área de estudo

O município de Canguçu está localizado na região fisiográfica da Serra do Sudeste, conhecida como Serra dos Tapes³, no Escudo Cristalino Sul-riograndense, conforme o Mapa 1. O município possui uma área de 3.525 km², dividida em cinco distritos, segmentados em 81 localidades. A área de estudo fica a aproximadamente 274 km de distância da capital do Rio Grande do Sul.

Mapa 1 – Mapa de localização do município de Canguçu/RS



Fonte: IBGE, 2015.

Org.: Carlos Vinícius Pinto, 2015.

Canguçu é um município predominantemente rural, ou seja, mais de 60% da população vive na zona rural, conforme demonstra a Tabela 1, e com uma economia fundamentada nas dinâmicas sociais e produtivas da agricultura familiar, que se formou a partir da colonização açoriana, no século XVIII, e alemã, pomerana e italiana, no século XIX.

A maior parte dos agricultores familiares se dedica ao cultivo do tabaco, por ser vantajoso economicamente e por se adaptar às características da agricultura familiar do município, como a disponibilidade de mão de obra. Além do tabaco, há uma diversidade na produção de alimentos, com destaque para o crescimento da produção agroecológica.

Tabela 1 – População do município de Canguçu/RS

População	Número de Habitantes	Número de Habitantes (%)
População Rural	33.565	63,02
População Urbana	19.694	36,98
Total	53.259	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

A diversidade de formas de organização espacial do rural em Canguçu está relacionada aos aspectos físico-naturais, ao processo de formação histórica e à significativa presença da agricultura familiar. O município possui um número expressivo de pequenas propriedades familiares, sendo chamado de “Capital Nacional da Agricultura Familiar”. O número de estabelecimentos agropecuários do município de Canguçu compreende um total de 9.881 locais, dos quais 8.774 são estabelecimentos familiares e 1.107 são estabelecimentos não familiares ou patronais (IBGE, 2006).

Caracterização geral dos membros das famílias dos agricultores pesquisadas

A localidade da Glória representa o recorte espacial da pesquisa e está localizada no 1º distrito do município de Canguçu/RS. Sobre o sexo dos membros das famílias dos agricultores entrevistados, 21 são mulheres e 23 são homens. A mulher associa as atividades agrícolas e não agrícolas, participa geralmente de todo o processo de produção e reprodução da unidade agrícola familiar, do cuidado das crianças e do trabalho doméstico, exercendo uma jornada tripla de trabalho e desempenhando um papel importante na agricultura familiar. Contudo, em muitos casos, seu trabalho não é reconhecido, sendo visto apenas como “ajuda” nas tarefas desempenhadas pelos homens.

Na composição etária das famílias (Tabela 2) nota-se o predomínio dos adultos, ou seja, força de trabalho ativa. Segundo Bonini (2004), na unidade familiar as crianças e os mais velhos colaboram nas tarefas de menor esforço físico. Os homens exercem as atividades mais pesadas na lavoura e o gerenciamento da propriedade, e a mulher exerce

múltiplas funções, tanto no trabalho agrícola quanto doméstico, mas, em muitos casos, ocorre a desvalorização de seu trabalho.

Tabela 2 – Composição etária das famílias

Faixa Etária	Número de Pessoas
0 – 9 anos	06
10 – 19 anos	08
20 – 29 anos	06
30 – 39 anos	05
40 – 49 anos	11
50 – 59 anos	03
60 – 69 anos	03
70 anos ou mais	02
Total	44

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Conforme a Tabela 3, a grande maioria dos membros das famílias, ou seja, 27 pessoas, possui o ensino fundamental incompleto. Destaca-se que três pessoas possuem ensino superior completo – em administração, licenciatura em matemática e economia doméstica –, todas do sexo feminino. Rúa; Abramovay (2000) afirmam que muitos jovens do sexo masculino param de estudar para se dedicarem às atividades agrícolas, mas as mulheres continuam estudando, porque as perspectivas de herdarem a terra são pequenas.

Tabela 3 – Escolaridade dos membros das famílias

Escolaridade	Número de Pessoas
Ensino Fundamental Incompleto	27
Ensino Fundamental Completo	04
Ensino Médio Incompleto	06
Ensino Médio Completo	03
Ensino Superior Incompleto	-
Ensino Superior Completo	03
Analfabeto	-
Não está em idade escolar	01
Total	44

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Estudo sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar na localidade da Glória

Com base na revisão teórica feita durante a pesquisa, para analisar a multifuncionalidade na escala local, definiram-se os seguintes parâmetros, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Parâmetros da multifuncionalidade da agricultura familiar

Fonte: Adaptado de CARNEIRO; MALUF (2003).

A seguir constam os resultados da pesquisa de campo sobre cada uma das funções da multifuncionalidade da agricultura familiar que foram analisadas através dos parâmetros representados acima (Figura 1).

Reprodução socioeconômica das famílias rurais

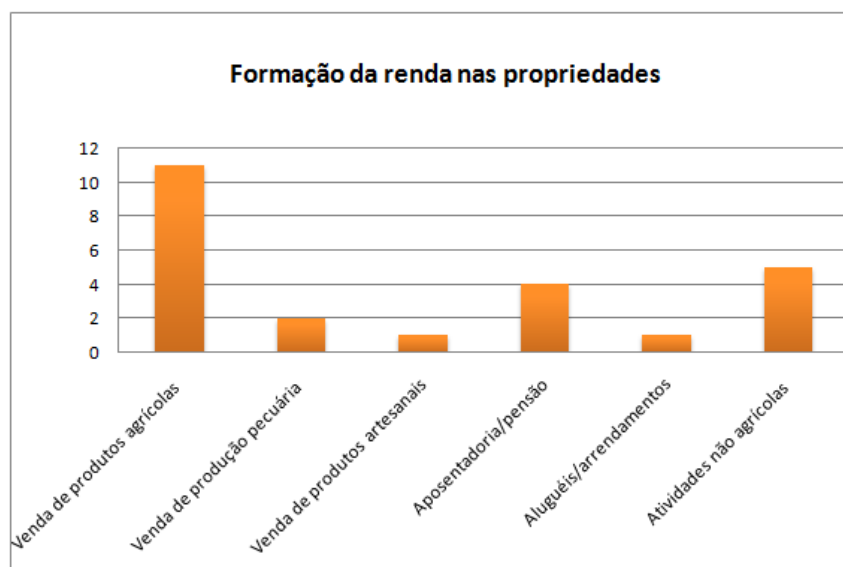
Segundo Maluf (2003), a reprodução socioeconômica das famílias rurais compreende a geração de trabalho e renda que possibilita que essas famílias permaneçam no meio rural de forma digna. A agricultura continua a desempenhar um papel central na reprodução das famílias do meio rural brasileiro – ainda que a maioria dependa cada vez menos da produção agrícola – e mantém um papel relevante em vários aspectos da reprodução familiar. O acesso à propriedade legal da terra e as atividades agrícolas nela desenvolvidas são importantes para a reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Quanto à condição do agricultor, dos doze agricultores entrevistados, sete são proprietários, três são parceiros e dois possuem terras arrendadas combinadas com a parceria. A parceria, que corresponde a uma forma não capitalista do uso da terra, está presente na área pesquisada e é considerada uma estratégia pelos agricultores familiares para ampliar sua área de cultivo e, conseqüentemente, aumentar a renda familiar.

Com relação à formação das propriedades, do total de entrevistados, sete são proprietários de terras, destes, cinco adquiriram suas terras por compra e dois por herança. Cinco dos entrevistados ainda não conseguiram adquirir suas terras, com isso, esses agricultores ainda sofrem com a falta de acesso à propriedade da terra. Maluf (2003, p. 141-142) discute sobre a “importância da propriedade da terra e da disponibilidade de área tanto como condição para assegurar uma maior estabilidade na reprodução das famílias, quanto para favorecer o desempenho de uma agricultura multifuncional”.

Sobre a formação da renda nas propriedades (Gráfico 1), observa-se que, além das atividades agrícolas, artesanais, aluguéis, aposentadoria ou pensão, as atividades não agrícolas fora da propriedade estão presentes nas propriedades entrevistadas, ocupações como pedreiro, professora, caminhoneiro, empregada doméstica, entre outras.

Gráfico 1 – Formação da renda nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A combinação de atividades não agrícolas com atividades agrícolas, mantendo a moradia e o modo de vida no meio rural, compreende o fenômeno da pluriatividade, o qual representa uma parcela importante na reprodução social das famílias rurais. Baumel; Basso (2004) argumentam que a pluriatividade auxilia no desenvolvimento da agricultura familiar:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura. (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

A associação de atividades agrícolas e não agrícolas “insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômico, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade” (MALUF, 2003, p. 138).

As atividades agrícolas são as que têm maior importância para que a família permaneça no meio rural, segundo os agricultores entrevistados e conforme se verifica na Tabela 4, mas a aposentadoria, auxílio-doença e as atividades não agrícolas são também relevantes nos ingressos monetários.

Tabela 4 – Atividades que têm maior importância para a permanência da família no meio rural

Atividades com maior importância	Número de agricultores
Hortaliças, flores e serviço de pedreiro	01
Aposentadoria e hortaliças	01
Pêssego e aposentadoria	01
Auxílio-doença	01
Tabaco	02
Pêssego, tomate e tabaco	01
Pêssego	02
Tomate	01
Hortaliças, tomate e atividades de professora e caminhoneiro	01
Produção de mudas	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto à contratação de trabalhador temporário ou permanente, sete entrevistados não contratam nenhum tipo de mão de obra externa, quatro contratam trabalhador temporário, principalmente para a colheita do tabaco e do pêssego e para o enxerto de mudas no viveiro. Apenas um entrevistado contrata mão de obra permanente para executar todo o serviço na propriedade, sendo este trabalhador informal direto. A forma de pagamento é em dinheiro, tanto para trabalhador temporário quanto para permanente.

Com relação à assistência técnica, todos os entrevistados afirmam recebê-la da EMATER. Destes, seis são acompanhados apenas pela EMATER, três têm assistência da EMATER e da indústria fumageira, dois da EMATER, da CAFSUL - Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul e da UNAIC - União de Agricultores Familiares de Canguçu e Região, e um agricultor recebe assistência da EMATER e da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária.

Sobre o acesso ao crédito rural, dois entrevistados usam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Custeio e Investimento), com a finalidade de financiar principalmente a compra dos insumos agrícolas, máquinas e implementos agrícolas. Três agricultores, além do PRONAF, utilizam crédito da agroindústria fumageira para o financiamento dos insumos agrícolas, para a construção de estufa de fumo, entre outros. Um acessa crédito do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER⁴) para o financiamento da estufa para a produção de flores. E seis não usam nenhum tipo de crédito, pois a grande maioria relatou que já acessou o PRONAF por muitos anos, mas agora estão investindo capital próprio. Desses seis agricultores, um deles relatou que está impossibilitado de acessar qualquer tipo de crédito por estar endividado com o sistema bancário.

Segundo Wanderley (2009), com a modernização da agricultura, potencializou-se a força produtiva do trabalho familiar e reduziu-se o esforço físico (penosidade física). Com as novas condições da produção, o trabalho tornou-se menos penoso e, conseqüentemente, a penosidade deixa frequentemente de ser de natureza propriamente física e passa a ser mental (penosidade mental). Com efeito, a responsabilidade na condução de uma empresa familiar provoca estado de tensão psíquica, seja pelo impacto de fatores sobre os quais o agricultor não tem controle – o endividamento, por exemplo – seja pela dificuldade de se ausentar do estabelecimento, em razão da própria natureza do trabalho agrícola, entre outros.

Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

Segundo Carneiro; Maluf (2003), a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade abarca a produção para o autoconsumo e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção.

Todos os agricultores pesquisados têm produção para o autoconsumo. No contexto empírico pesquisado, segundo relatado na Tabela 5, com esse fim, observa-se a produção de hortaliças (couve-flor, beterraba, cebola, alface, repolho, mandioca, abóbora, ervilha, rúcula, cenoura, almeirão, salsa, couve, entre outras), a produção do milho para alimentar os animais da propriedade, a produção de frutas (pêssego, laranja, bergamota e

morango), além de tomate, feijão, leite, ovos, batata-doce, pimentão, batata-inglesa e mel. Segundo Corona; Ferreira (2012), a produção para o autoconsumo compreende:

[...] um importante espaço para a reprodução social das famílias porque garante uma alimentação de melhor qualidade para a família, além de ser um modo de preservar saberes tradicionais dos agricultores quanto à diversidade da produção e cuidados com os recursos naturais, inovando com técnicas de menos custo e baixo impacto ambiental. É um espaço de manutenção da identidade dos agricultores, que se reconhecem e se satisfazem mediante seus vínculos com a terra (CORONA; FERREIRA, 2012, p. 149).

Tabela 5 – Produtos presentes nas propriedades para o autoconsumo

Produtos	Número de Agricultores
Pêssego	05
Feijão	07
Milho	10
Batata-inglesa	01
Batata-doce	06
Leite	07
Ovos	07
Hortaliças	12
Tomate	09
Laranja	09
Bergamota	09
Morango	01
Mel	01
Pimentão	03

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os produtos agrícolas cultivados para o mercado nas propriedades pesquisadas (Tabela 6) são tabaco, pêssego, batata-doce, hortaliças, tomate, laranja, morango, pimentão, flores, mudas em viveiro e soja.

Tabela 6 – Produtos produzidos para o mercado presentes nas propriedades

Produtos	Número de Agricultores
Fumo	03
Pêssego	05
Batata-doce	01
Hortaliças	05
Tomate	08
Laranja	01
Morango	01
Pimentão	03
Flores	01
Mudas em viveiro	01
Soja	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Sobre a comercialização dos produtos agrícolas (Quadro 1), observa-se uma diversidade de locais de venda, como indústrias, comércio atacadista, cooperativa, feiras livres, entre outros.

Quadro 1 – Informações sobre a comercialização dos produtos agrícolas

Produtos agrícolas	Formas de comercialização
Tabaco	Um dos agricultores, além de ser integrado à agroindústria fumageira, comercializa parte da produção com atravessadores, os chamados “picaretas ⁵ ”.
Pêssego	Os produtores de pêssego entregam o produto nas agroindústrias das cidades de Pelotas e Morro Redondo.
Batata-doce	O referido produto é vendido para intermediários.
Hortaliças	A venda se dá no comércio atacadista de Pelotas, nas feiras livres de Canguçu e para intermediários.
Tomate	Comercializado junto a estabelecimentos atacadistas de Pelotas, no varejo ou em armazéns locais.
Laranja e morango	A venda desses produtos é feita nas feiras livres de Canguçu.
Pimentão	Destinado ao comércio atacadista de Pelotas.
Flores	São comercializadas nas feiras livres locais e em exposições.
Mudas em viveiro	Um entrevistado possui um viveiro de mudas de pêssego, ameixa, figo, entre outras, segundo ele, comercializa cerca de 80 mil mudas anualmente, diretamente na propriedade.
Soja	Um dos agricultores, que planta cerca de 10 hectares de soja, alegou que cultiva o produto porque não envolve muito serviço, dado que trabalha praticamente sete dias ao ano, e a comercialização do produto ocorre em uma cooperativa de Canguçu.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Cabe salientar que pêssego, batata-doce, hortaliças, tomate, laranja, morango e pimentão, além de serem produtos para o mercado, são produzidos para o autoconsumo das famílias. O cultivo da soja, fumo, flores, entre outros, é apenas para o mercado consumidor, mas gera renda para a permanência dos agricultores no campo.

Quando questionados sobre quais produtos agrícolas têm maior importância na formação da renda familiar, os agricultores citaram uma ou mais culturas. A ordem de importância pode ser observada na Tabela 7. A expressiva produção de pêssego e tomate na localidade está presente há algumas décadas e perdura até os dias atuais, transmitida de geração a geração. Em virtude do declínio do mercado consumidor de pêssego, as empresas fumageiras perceberam que o município apresentava condições favoráveis para a expansão do tabaco, com isso, a produção desse produto intensifica-se

no final da década de 1990 no município e, conseqüentemente, na localidade da Glória. Na última década, ocorre um aumento da produção de hortaliças para o mercado, sobretudo pelo fato de alguns agricultores deixarem de cultivar o tabaco devido aos problemas de saúde e ao endividamento. Entre os agricultores, a produção de flores compreende uma atividade nova; e o cultivo de mudas em viveiro era uma atividade exercida já pela família da esposa do entrevistado.

Tabela 7 – Ordem de importância dos produtos agrícolas na formação da renda familiar

Produto Agrícola	Nº de Agricultores
Pêssego	04
Tomate	04
Fumo	03
Hortaliças	03
Flores	01
Mudas em viveiro	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Sobre o tipo de criação de animais e seu destino observa-se na Tabela 8 que são criados bovinos, suínos, aves, ovinos, peixes e caprinos para o autoconsumo. Existe a comercialização do excedente de bovinos, de forma direta, ou seja, para conhecidos e para o açougue da localidade. O cavalo e os bois são utilizados para o trabalho. Dois entrevistados usam tração animal, mas um obtém empréstimo do vizinho, principalmente para lavrar a terra. A criação de animais é importante para a alimentação das famílias rurais e, segundo Garcia Jr. (1983 *apud* GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 503)

[...] a criação é uma atividade que se presta à reserva e acumulação. Reserva porque faz face ao consumo alimentar da família, tanto de forma direta (consumo de carne) como de forma indireta (produção de leite, ovos etc.). Acumulação porque não havendo necessidade de consumo, basta garantir a alimentação dos animais para que eles se reproduzam. Ademais, não existindo mais esta possibilidade e sem demanda de consumo da família, pode-se recorrer à venda, ampliando os recursos monetários destas.

Tabela 8 – Tipos e destino de criação animal

Tipos de Animais	Autoconsumo	Trabalho	Venda
Bovinos	05	02	02
Suínos	06	-	-
Aves	07	-	-
Ovinos	01	-	-
Peixes	04	-	-
Caprinos	01	-	-
Equinos	-	05	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação à existência do sistema agroecológico na propriedade, cinco dos entrevistados responderam que não possuem nenhum cultivo ecológico. Seis responderam que não usam nenhum tipo de insumo químico na produção para o autoconsumo, como nas hortaliças e árvores frutíferas (laranjeira e bergamoteira). E um dos entrevistados está em período de transição agroecológica e cultiva, principalmente, hortaliças e flores.

Notou-se que as áreas de cultivo (lavouras) das propriedades entrevistadas estão localizadas nas proximidades das residências e hortas. No entanto, os entrevistados que não usam agrotóxicos na produção para o autoconsumo, utilizam o produto em outras culturas próximo aos locais onde são cultivados os alimentos. Peres *et al.* (2005), expõem que a saúde humana pode ser afetada pelos agrotóxicos diretamente, através do contato com essas substâncias – ou com produtos ou ambientes por estes contaminados –, e indiretamente, por meio da contaminação da biota de áreas próximas a plantações agrícolas, que resulta no desequilíbrio dos ecossistemas locais. Dessa forma, o uso de agrotóxicos nessas áreas acaba contaminando os alimentos da horta.

O entrevistado que está em período de transição agroecológica não usa mais nenhum tipo de insumo químico, mesmo que cultive uma grande diversidade de flores e hortaliças para a comercialização. Este produtor relatou que uma das dificuldades encontradas se refere ao combate das pragas, pois *às vezes a gente não consegue combater as pragas, e perco lavouras de feijão e flores na estufa*. Elencou que o investimento em fertilizantes orgânicos é muito alto. O entrevistado possui um minhocário próprio para a produção do substrato (fertilizante orgânico), assim não precisa adquirir este insumo fora da propriedade.

Manutenção do tecido social e cultural

Para Maluf (2003) existe uma relação muito forte entre agricultura e identidade social. Com a diminuição da importância econômica da produção de alimentos para o mercado, perdura a valorização de modos de vida, as relações com a natureza, com parentes e vizinhos e a produção de alimentos para o autoconsumo. Com isso, o autor estabelece uma relação entre a multifuncionalidade e as interpretações sobre a agricultura e o rural como um modo de vida, indo além da questão econômica.

Sobre a ajuda mútua entre parentes e vizinhos, do total de doze agricultores entrevistados na localidade da Glória, seis praticam algum tipo de ajuda mútua, entretanto, alguns afirmaram que esta prática era mais comum antigamente, e que nos dias atuais a maioria utiliza apenas a mão de obra dos integrantes da própria família. A ajuda mútua segundo Sabourin (2006, p. 9):

[...] depende de laços sociais, sentimentais e até simbólicos e se diferencia da troca ou do intercâmbio mercantil primeiro porque não implica numa retribuição equivalente ou monetária que livraria o beneficiário da sua dívida. De fato, existe uma expectativa de retorno da ajuda, encorajada pela pressão social e por valores de honra e prestígio, mas, essa devolução não é contratual nem obrigatória. Pode ser diferida no tempo, assumida por outro membro da família e se traduzir também, por uma prestação de natureza diferente do trabalho, uma dádiva de sementes, um gesto de amizade, uma presença pessoal num momento de necessidade.

Quando questionados sobre a participação da família em festas de comunidade (igreja, escola e associação) todos os entrevistados responderam que participam de festas da igreja, mas um participa apenas das festas religiosas, quatro participam de festas de igreja e escola, e sete participam de festas de igreja, escola e associação de agricultores.

No contexto empírico pesquisado, entre outros aspectos, a participação em festas de comunidade compreende um momento de encontrar amigos, de diversão, alegria, dança, religiosidade, colaboração para o fortalecimento da sociabilidade. As festas possuem músicas, jogos, comidas e bebidas tradicionais e outras atrações. Os membros da comunidade mantêm a doação de alimentos, dinheiro, arrecadação de presentes no comércio local, colaborando para a realização da festa, cuja organização é de responsabilidade da comunidade.

Quando questionados sobre o futuro da propriedade, dois agricultores afirmaram que deixarão a propriedade para o(a) filho(a) mais velho(a), três para o único herdeiro, dois responderam que a propriedade será partilhada entre os filhos, e cinco não sabem qual será o futuro da propriedade. Segundo Silvestro *et al.* (2001), a questão da sucessão familiar geralmente pode ocasionar conflitos, desde a remuneração dos irmãos não sucessores da propriedade paterna até a questão de gênero que acompanha esse processo. A unidade de produção não se restringe apenas à questão econômica, mas também a um patrimônio e a uma forma de reprodução familiar. Embora atualmente as

famílias tenham um razoável diálogo sobre o destino dos filhos e a organização da propriedade, o tema da sucessão acaba sendo raramente abordado.

Para Silvestro *et al.* (2001) ainda existe pouca autonomia dos jovens no interior da família, ou seja, poucos têm recursos e iniciativas próprias. No caso das mulheres jovens, além da falta de autonomia, existe uma ausência de horizonte quanto a assumir a gestão da propriedade.

Na localidade da Glória, do total de entrevistados, dez participam de sindicatos, associações ou cooperativas, e alguns desses agricultores participam de mais de uma entidade. Foram citados os seguintes sindicatos, associações ou cooperativas: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSUL), União de Agricultores Familiares de Canguçu e Região (UNAIC), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Canguçu (CREHNOR Sul), Centro Comunitário e Recreativo da Glória, Grupo Comunitário São João Batista, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Associação da Lagoa dos Pereira. Dois entrevistados não participam de sindicatos, associações ou cooperativas. Segundo Hespanhol (2008, p. 87), por meio das associações os agricultores familiares, os agricultores podem conseguir:

a) Comprar insumos químicos a preços mais baixos, em virtude da aquisição se dar em maior quantidade; b) fazer uso temporário de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, cujos unitários são elevados; c) ter acesso à assistência técnica oficial ou particular; d) negociar em melhores condições a produção, pois a oferta em maior quantidade de produtos reduz o custo operacional das empresas e elimina a ação dos atravessadores; e) ter acesso a mercados preferenciais, principalmente para o atendimento de demandas públicas tais como o abastecimento de creches, escolas, asilos, presídios etc.

Com relação às práticas agrícolas que foram transmitidas dos antepassados, ressaltam-se o uso de instrumentos manuais (enxada, foice, picão, ancinho, garfo, machado, serrote, entre outros) e o plantio do feijão com a máquina manual. Além disso, foram mencionados o plantio em curva de nível, a influência da lua no plantio e no manejo da terra, o uso da tração animal (uso da capinadeira a cavalo, lavragem com bois, uso do arado para aterrar o tabaco). Apenas dois dos entrevistados têm tradição de guardar a semente crioula, semente do milho branco e amarelo.

Sobre o uso de máquinas e instrumentos agrícolas (Tabela 9), observa-se a expansão do processo de modernização. O trabalho agrícola no contexto empírico passou por mudanças com a modernização da agricultura, mas não ocorreu um total

abandono das técnicas agrícolas tradicionais, e sim a combinação das técnicas agrícolas tradicionais (ferramentas rudimentares) com as novas tecnologias.

Tabela 9 – Máquinas e instrumentos agrícolas

Máquinas e Instrumentos	Número de Agricultores
Trator	09
Carroça	02
Pulverizador	10
Plantadeira	02
Aleirador	04
Arado	10
Disco	07
Reboque	09
Grade	06
Plaina	01
Roçadeira	08
Subsolador	05
Trilhadeira	01
Capinadeira	09
<i>Mulching</i> ⁶	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com referência ao patrimônio material presente nas propriedades, dez agricultores não tinham nenhum tipo de patrimônio material e dois possuíam apenas objetos antigos, entre eles, um batedor de manteiga, uma boneca (de aproximadamente 90 anos que era da bisavó da esposa do entrevistado) e um vaso cerâmico (barro).

Os objetos, como os utensílios domésticos e os instrumentos de trabalho, contam a história das famílias, e constatou-se que, onde há a manutenção dos referidos objetos, estes são parte importante das heranças simbólicas da família, havendo atribuição de valores afetivos relacionados aos antepassados. Porém, nas propriedades onde não foi registrada a presença de objetos antigos, observou-se a perda de parte do patrimônio material, sendo estas propriedades constituídas por famílias formadas por pessoas mais jovens.

Com relação aos pontos positivos e negativos de se viver no meio rural, os agricultores listaram como pontos positivos a importância do autoconsumo em muitas das propriedades pesquisadas, pois *aqui a gente tem uma fruta, se fosse para a cidade tinha que comprar tudo*. Entre outros pontos, citaram maior liberdade, safra boa, mercado garantido, tranquilidade, trabalho na própria propriedade, o fato de gostar de morar no meio rural, horários de trabalhos flexíveis, qualidade de vida. No que concerne

aos pontos negativos, os agricultores elencaram a dificuldade no acesso à saúde, a desvalorização do preço dos produtos agrícolas, a dependência da influência do clima, a falta de mercado para a comercialização da produção, o investimento muito alto na produção agrícola, as pragas que os agricultores não conseguem controlar, a falta de acesso à energia elétrica, estradas ruins (acessibilidade), a falta de apoio por parte do governo, a ausência de coleta seletiva para o lixo, entre outros.

Dez agricultores mencionaram que as perspectivas de continuidade das famílias no meio rural (Quadro 2) são positivas, pois têm esperança de dias melhores com a valorização da produção e não conseguiriam viver no meio urbano. Dois agricultores revelam perspectivas negativas quanto à continuidade da família no meio rural, devido à possível mudança na idade da aposentadoria, pouco amparo do governo, entre outros.

Quadro 2 – Perspectivas de continuidade da família no meio rural

Agricultores	Perspectivas
Agricultor A	Não é muito boa, porque caso a idade da aposentadoria seja alterada, os jovens não vão permanecer no meio rural.
Agricultora B	Tem-se a esperança de dias melhores.
Agricultor C	<i>Sempre espera o melhor, tentar ser inteligente para permanecer na agricultura.</i>
Agricultor D	Esperança de dias melhores e valorização dos produtos.
Agricultor E	<i>São boas e não me vejo morando na cidade.</i>
Agricultor F	As expectativas são boas e a família está aumentando (neto).
Agricultor G	São boas e quer que os filhos permaneçam na propriedade.
Agricultor H	Esperança de que as coisas vão melhorar. <i>Ninguém quer ficar no interior, e quem ficar vai se dá.</i>
Agricultor I	São boas.
Agricultor J	Está muito difícil de viver no meio rural. <i>Tem horas que tenho vontade de vender tudo e ir para a cidade, mas o que vou fazer na cidade? E o governo tem que olhar para nós.</i>
Agricultora K	São boas e não pretende deixar a agricultura.
Agricultor L	<i>Tenho fé no futuro, e, trabalhando bastante, a gente supera as crises.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Para Maluf (2003) a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural deve considerar as relações entre a agricultura praticada pelas famílias rurais e o território no qual estão inseridas e identificar as contribuições (ou danos) da agricultura para a manutenção da paisagem rural e do patrimônio natural.

Hespanhol (2008) afirma que ainda predominam explorações com o uso de técnicas nocivas ao ambiente, com a utilização inadequada de tecnologias em grandes, médias e pequenas propriedades, bem como com caráter rudimentar dos sistemas de produção tradicional e práticas de explorações de diferentes magnitudes.

O solo é um fundamental componente do ambiente, recobrando a porção superficial do terreno, tendo, dentre outras, a função de suporte da vida animal e vegetal. Rocca (2006, p. 251) diz que o solo desempenha um papel importante

[...] na sustentabilidade dos ecossistemas terrestres, da vida animal e da sociedade humana, cumprindo as seguintes funções: sustentação da vida; habitat para as pessoas, animais, plantas e outros organismos; ciclagem da água e nutrientes; proteção das águas subterrâneas; arquivo natural e cultural; reserva mineral e de matéria-prima; ocupação territorial e recreação; agricultura, pecuária e silvicultura; disposição de resíduos e outros usos públicos e econômicos.

Com relação ao uso do solo (Tabela 10) no âmbito pesquisado, a área cultivada compreende a área plantada com produtos vegetais (com culturas temporárias ou permanentes), com cultivo de espécies exóticas para reflorestamento, e tem como destino o consumo próprio (humano e alimentação dos animais) e o mercado. A área cultivada engloba a área em repouso, que consiste no descanso ou repouso das terras cultiváveis para, assim, tornar o solo mais fértil. A pastagem natural abrange a área de vegetação com espécies forrageiras naturais da região, usadas para a criação de animais. A mata nativa compreende um conjunto de plantas nativas de determinada região, com condições necessárias para seu desenvolvimento, tais como água, luz e calor, sendo difícil a identificação da interferência humana. A mata exótica abrange espécies de plantas originárias de outras regiões ou países. Essas plantas podem se adaptar tão bem que se proliferam e avançam sobre a vegetação nativa, podendo causar grandes desequilíbrios ecológicos. A Área de Preservação Permanente (APP) é destinada à proteção de solos, águas e matas ciliares, segundo Teixeira e Fruet (2014). Os autores ainda consideram como APP as florestas e demais formas de vegetação natural localizadas às margens de rios e lagos, as áreas de encontro de lagos e lagoas naturais, de reservatórios de águas artificiais, no encontro das nascentes e olhos de água perenes, nas encostas com declividade superior a 45°, no topo de morros e serras. As áreas não utilizáveis são o conjunto de afloramentos rochosos, caminhos de lavoura, áreas próximas das residências dos agricultores, entre outros.

Tabela 10 – Uso do solo

Uso do Solo	Número de Hectares	%
Área Cultivada	78,1	55
Mata	26,98	19
Pastagem Natural	14,2	10
APP	12,78	09
Área Não Utilizada	9,94	07
Total	142	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Onze dos entrevistados praticam uma ou mais técnicas de conservação do solo, como adubação verde, rotação de cultura, plantio direto e curva de nível. Observou-se a importância da conservação do solo na visão da maioria dos entrevistados, sendo salientado que a prática contribui para o aumento da produtividade, diminuição do uso de agrotóxicos, diminuição de pragas e ervas daninhas, entre outros.

Quando questionados sobre quais são os recursos hídricos disponíveis na propriedade, três responderam que possuem cacimba (cisterna), três têm sanga (córrego), cacimba e açude, dois dizem ter sanga e cacimba, dois possuem apenas sanga; um tem arroio e cacimba, e um dos entrevistados possui na propriedade cacimba e açude.

Entre o total de entrevistados, oito usam irrigação na agricultura, para os cultivos de tomate, verduras e flores, assim como no viveiro. A água é obtida pelo uso de motor (elétrico ou gasolina/óleo combustível) e por queda natural, retirada de cacimbas, açudes, sangas e arroios.

Segundo Pereira *et al.* (2011, p. 140), “as nascentes são afloramentos do nível freático na superfície do terreno, e são pontos iniciais de cursos de água”. Do total de doze propriedades estudadas, dez possuem nascentes de curso d’água.

Dentre os cuidados tomados pelos agricultores na conservação das nascentes, estes afirmaram que mantêm vegetação próximo aos mananciais. Um agricultor elencou que, além de manter a vegetação, evita o uso de agrotóxicos nas proximidades, outro não planta perto das nascentes e um entrevistado está eliminando o eucalipto para plantar floresta nativa próximo das nascentes.

Para Calheiros *et al.* (2004) as nascentes de curso d’água são de suma importância no controle da erosão do solo por meio de estruturas físicas e barreiras vegetais. A vegetação protege o solo, evitando erosões, desmoronamento de encostas, e

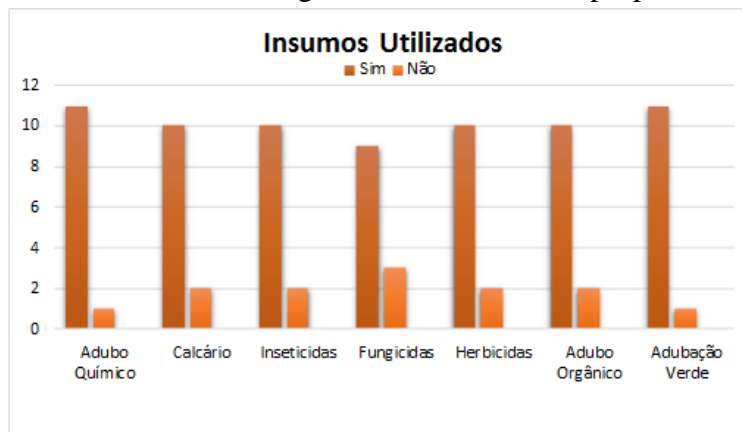
contribuindo assim para a preservação das nascentes, as quais, no meio rural, são utilizadas para uso doméstico, higiene pessoal, criação de animais e irrigação.

Os entrevistados demonstraram uma grande preocupação na manutenção das nascentes, haja vista que todos relataram que usam práticas de conservação. No entanto, percebeu-se que, na prática, existe uma falta de orientação técnica quanto ao uso dos agrotóxicos, por exemplo; igualmente, nota-se a presença de espécies artificiais, como o eucalipto, próximo das nascentes. Ambas as práticas podem culminar na contaminação e até no desaparecimento desses mananciais.

Acerca do uso de agrotóxicos nas propriedades estudadas, a maioria dos agricultores usam significativas quantidades do produto para a produção agrícola, conforme o Gráfico 2. Um exemplo disso foi o relatado por um dos entrevistados em relação ao uso dos insumos agrícolas: *sempre tem que colocar um pouco, senão não vem, até na horta tem que colocar*. Outro relatou que usa o herbicida tanto na produção para o mercado quanto na horta e nas áreas próximas da residência. Segundo Veiga *et al.* (2006), a aplicação de agrotóxicos pode contaminar o solo e os sistemas hídricos, resultando numa degradação ambiental que tem como consequência prejuízos à saúde e alterações significativas no ecossistema.

Notamos a presença de embalagens de agrotóxicos descartadas incorretamente em algumas das propriedades pesquisadas. O descarte incorreto de embalagens vazias de agrotóxicos compreende um grande problema, tornando-se um perigo para o homem, animais e o ambiente. Elas são fontes de contaminação de nascentes, córregos e rios que abastecem tanto as propriedades rurais quanto as cidades (INPEV, 2006).

Gráfico 2 – Insumos agrícolas utilizados nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Ainda sobre a manutenção da paisagem, cabe destacar que, entre os geógrafos, existe um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. Ela não é apenas um fato natural, mas engloba a existência humana (MAXIMIANO, 2004).

Os entrevistados foram questionados sobre a paisagem preferida para o trabalho e para o descanso e o porquê da escolha. A lavoura foi escolhida como paisagem preferida para o trabalho com mais frequência por ser o lugar de obtenção da renda familiar e dos produtos para o autoconsumo. Já a sombra ou a casa, que são paisagens naturais e artificiais, respectivamente, foram eleitas como lugares que são destinados para o descanso e convívio com a família.

As paisagens, segundo Costa (2012), são construídas de forma conjugada pelo homem e pela natureza. Elas compreendem a relação da sociedade com seu espaço ao longo do tempo. Acrescentadas ao ambiente natural, as forças culturais, sociais e econômicas, de forma interna ou externa, influenciam as condições físicas com que se apresentam. Santos (2004 *apud* COSTA, 2012) afirma que a paisagem resulta da acumulação de tempos, e Ribeiro (2007 *apud* COSTA, 2012) acredita que o que lhe confere uma dada identidade pode ser, em um primeiro plano, resultado de marcas no espaço ou de formas reconhecíveis e delimitáveis, as quais compõem uma unidade orgânica.

Considerações finais

A multifuncionalidade da agricultura familiar na localidade da Glória se manifesta de inúmeras formas. A reprodução socioeconômica das famílias rurais pesquisadas compreende uma possibilidade da multifuncionalidade, destacando a produção para o autoconsumo e para o mercado, bem como o artesanato doméstico, a aposentadoria ou pensão e as atividades não agrícolas fora da propriedade. A falta de acesso à propriedade da terra perdura entre alguns agricultores. O crédito rural é indispensável para o investimento na propriedade, destacando o acesso ao PRONAF entre os agricultores da localidade da Glória, que demonstra sua relevância para a agricultura familiar. A assistência técnica e a extensão rural contribuem para a qualidade da produção, dispondo de orientações sobre o uso de insumos, técnicas de

poda, levando informações sobre acesso aos tipos de crédito rural, oferta cursos de capacitação, principalmente para as mulheres, incentivando a produção mais sustentável, entre outros.

A segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade na localidade da Glória se apresenta um pouco restrita, porque, de um lado, existe uma produção significativa para o autoconsumo e para o mercado consumidor, e, de outro, sabe-se que essa produção vem sendo desenvolvida com o uso de agrotóxicos. A presença de produtos tóxicos nos alimentos pode comprometer o direito a uma alimentação saudável e de qualidade, causando problemas de saúde para os agricultores, bem como para os consumidores. Uma questão preocupante que perdura entre os agricultores é a falta de mercado para escoar a produção e a instabilidade do mercado com relação ao preço dos produtos.

Considerando que os agricultores pesquisados fazem parte do projeto da Chamada Pública da Sustentabilidade, os resultados esperados ainda se encontram limitados, pois, na realidade, apenas um agricultor está em período de transição agroecológica, os demais são convencionais e com pouca perspectiva para o desenvolvimento de uma produção sustentável.

A manutenção do tecido social e cultural se identifica como possibilidade da multifuncionalidade. Os agricultores afirmaram que o rural não constitui apenas um espaço de produção, mas de moradia e trabalho, uma vez que gostam de viver nesse meio, pela tranquilidade e qualidade de vida. A agricultura familiar da localidade da Glória vai além da dimensão econômica, pois constitui um modo de vida, preservando a cultura local por meio dos laços de sociabilidade dados pelo parentesco e pela vizinhança, e a valorização da cultura material e imaterial se apresenta como indicativo de permanência no rural.

A preservação dos recursos naturais e da paisagem rural se apresenta de forma restrita. Apesar das preocupações sobre as questões ambientais nas propriedades rurais, na prática as ações são limitadas. Uma vez que a maioria dos agricultores usa significativas quantidades de insumos agrícolas na produção, que contaminam o ecossistema.

As múltiplas funções da agricultura contribuem para o desenvolvimento rural, o qual passa pela formulação de políticas públicas. Com base na pesquisa desenvolvida

com os agricultores familiares da localidade da Glória, constatou-se a necessidade de ampliar o fornecimento da produção agrícola, visto que o grande problema enfrentado compreende a falta de mercado para a produção. Da mesma maneira, fazem-se necessárias políticas para a permanência, de forma digna, dos jovens rurais da localidade, o acesso à propriedade da terra, a criação de programas para estimular a agricultura sustentável, a orientação aos agricultores sobre as questões ambientais, políticas que englobem as múltiplas funções da agricultura e a valorização das atividades agrícolas e não agrícolas.

Notas

¹ A chamada pública da sustentabilidade tem como objetivo “planejar as ações, executá-las e avaliá-las (tanto atividades individuais quanto coletivas) com vista ao desenvolvimento sustentável das unidades de produção familiar.” (EMATER, 2016).

² Este artigo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em março de 2017, junto ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. Cabe salientar que, ao longo do texto, o uso das aspas compreende a citação da bibliografia consultada, e o uso do itálico, a transcrição da fala dos entrevistados.

³ Compreende o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã e ainda, segundo Grando (1989), é a parte do sistema formada pela Serra do Sudeste (SALAMONI; WASKIEWCZ, 2013).

⁴ Segundo a Lei Nº 8.511, de 06 de janeiro de 1988, que autoriza a criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), o fundo tem como objetivo proporcionar o financiamento, garantir operações de crédito e subsidiar encargos para os pequenos estabelecimentos rurais para a elevação de seus índices de produção, produtividade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

⁵ Segundo Hilsinger (2016, p. 81), “é o termo pelo qual são denominados os compradores autônomos de tabaco que competem com as empresas integradoras. Geralmente, são comerciantes da própria localidade que compram informalmente parte do tabaco que os produtores desviam. O recurso do picareta é utilizado prioritariamente por agricultores endividados que buscam transformar o seu produto em dinheiro rápido ou por agricultores que buscam uma melhor classificação para o seu produto, uma vez que o picareta define a classificação no ato da compra.”

⁶ O *mulching* compreende uma técnica que consiste na aplicação do filme na superfície do solo, criando uma barreira física à transferência de calor e vapor de água entre o solo e a atmosfera.

Referências

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Orgs.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2004.

BONINI, Cristiane Vieira. **A importância da mulher na agricultura familiar: o exemplo das trabalhadoras rurais na colônia Osório- Cerrito Alegre – Pelotas – RS**. 82f.

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

CALHEIROS, Rinaldo de Oliveira *et al.* **Preservação e recuperação de nascentes.** Comitê de Bacias Hidrográficas. Piracicaba, 2004.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009. p. 1-16.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno *et al.* **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar.** Curitiba: Ed: UFPR, 2012. p. 109-174.

COSTA, Rita de Cassia Almeida da. A importância da observação da paisagem rural para a preservação dos valores culturais locais e como garantia da sobrevivência saudável do homem na contemporaneidade. **Anais do 2ª Colóquio Ibero-Americano**, Belo Horizonte, 2012. p. 1-19.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Município de Canguçu, RS**, 2016.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; SALAMONI, Giancarla. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, Lucia Helena Oliveira; MENDES, Iandara Alves. (Orgs). **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas de Geografia Contemporânea.** Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2001. p. 73-96.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v.46, n. 2, p.481-515, abr./jun. 2008.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-94.

HILSINGER, Roni. **O território do tabaco no Sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção Quadro para Controle do Tabaco.** 223 f. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

INPEV. Instituto Nacional de Processamento de Embalagens de Agrotóxicos Vazias. **Relatório anual 2006**, 2006. p. 3-121

MACHADO, André Grossi; CAUME, David José. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativa de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Anais do XLVI SOBER**, Rio Branco, Acre, 2008. p. 1-12.

MALUF, Renato Sérgio. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Ra'ega**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

PEREIRA, Pedro Henrique Vaz *et al.* Nascentes: Análise e discussão dos conceitos existentes. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 139-151, 2011.

PERES, Frederico *et al.* Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-11, set./dez. 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 8.511**, de 06 de janeiro de 1988. Autoriza a criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2016.

ROCCA, Alfredo Carlos Cardoso. Os passivos ambientais e a contaminação do solo e das águas subterrâneas. In: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (Orgs.). **Modelos e ferramentais de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo: SENAC, 2006. p. 247-284.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”?** Brasília: Ed. Unesco, 2000.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. **Revista Theomai /Theomai Journal**, Buenos Aires, n. 20, p. 22-33, jul./dez. 2009.

SABOURIN, Eric. Ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. **Anais do 1º Encontro da Rede Rural**, Rio de Janeiro: UFF, 2006. p. 1-11.

SCHMIDT, Wilson. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 44-59.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis /Brasília: Epagri/NEAD, 2001.

TEIXEIRA, César; FRUET, Ana Paula Burin. Deveres do proprietário de imóvel rural em matéria de preservação ambiental e a utilização de instrumentos econômicos na proteção florestal. In: DÖRR, Andréa Cristina *et al.* **Práticas & Saberes em meio ambiente**. Curitiba: Appris, 2014. p. 11-37.

VEIGA, Marcelo Mota *et al.* Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22 n. 11, p. 2391- 2399, nov. 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 9-16.

_____. **O Mundo Rural como Espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

Recebido em 16/08/2017. Aceito para publicação em 06/05/2018.
--